

BRASILEIRAS PROCURAM NOS BARES DE ALTERNE UMA VIDA MELHOR

Um inquérito sobre a situação das mulheres brasileiras em bares de alterne portugueses revela que o principal motivo por que abandonaram o país natal foi a má situação económica, revelou a procuradora-geral adjunta, Maria José Morgado.



Segundo o estudo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), citado ontem por Maria José Morgado numa conferência em Coimbra sobre "Tráfico de Mulheres no Contexto da Exploração Sexual: Cenários Luso-Brasileiros", a maioria das 444 mulheres inquiridas disse que o principal motivo da viagem é a melhoria das condições de vida e a fuga da má situação económica no país de origem.

"Viajam sozinhas, encaminhadas para estabelecimentos de diversão nocturna, sem conhecimento antecipado da situação. A maior parte diz que não quer regressar e não se considera vítima de tráfico de pessoas", referiu ainda a magistrada.

De acordo com Maria José Morgado, uma das oradoras da tarde na conferência de dois dias organizada pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, 85,5% das mulheres inquiridas "demonstraram alguma desconfiança das autoridades portuguesas".

Reportando-se ao estudo do SEF, datado de 2007, a directora do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa disse ainda que a maioria das inquiridas se situa na faixa etária situada entre os 22 e os 30 anos, seguindo-se mulheres com idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos.

Trinta e cinco por cento destas mulheres são domésticas e 28% são oriundas do sector comercial, tendo 35% ensino médio.

São vinculadas à rede através de um sistema de dívidas pesadas, numa criminalidade que gera "altos proventos financeiros" e que recorre a vários expedientes para branqueamento do produto do ilícito.

Ao intervir na sessão intitulada "Políticas Públicas na Prevenção e Combate ao Tráfico de Mulheres no Contexto da Exploração Sexual - Portugal e Brasil", Maria José Morgado defendeu que entre as medidas mais importantes no combate e prevenção desta criminalidade figuram a cooperação internacional, a protecção das testemunhas nos processos-crime, a detecção de proventos ilícitos e o desmantelamento de grupos criminosos internacionais.

Para a magistrada do Ministério Público, o mecanismo de protecção de testemunhas "é uma ferramenta decisiva contra as represálias e a intimidação".

"É necessário desenvolver programas de protecção das vítimas, com um novo domicílio e a protecção da identidade e do paradeiro", frisou, adiantando ter conhecido "mulheres que eram espancadas" e que acabavam por negar a violência.

Na sua perspectiva, "é importante as magistraturas perceberem estes fenómenos e proteger estas pessoas, senão é a impunidade completa para os maiores responsáveis".